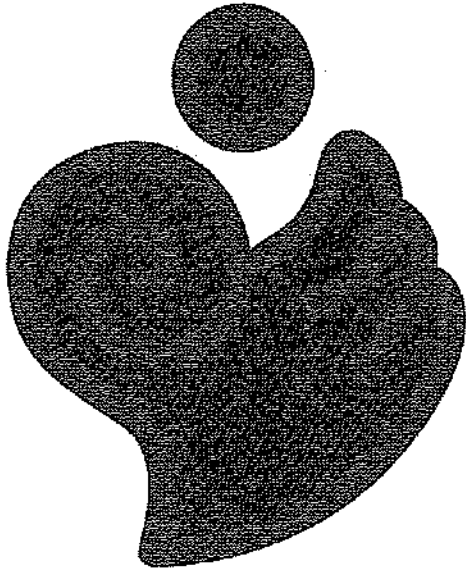


MONSUL – POVOA DE LANHOSO
NIPC: 503529320



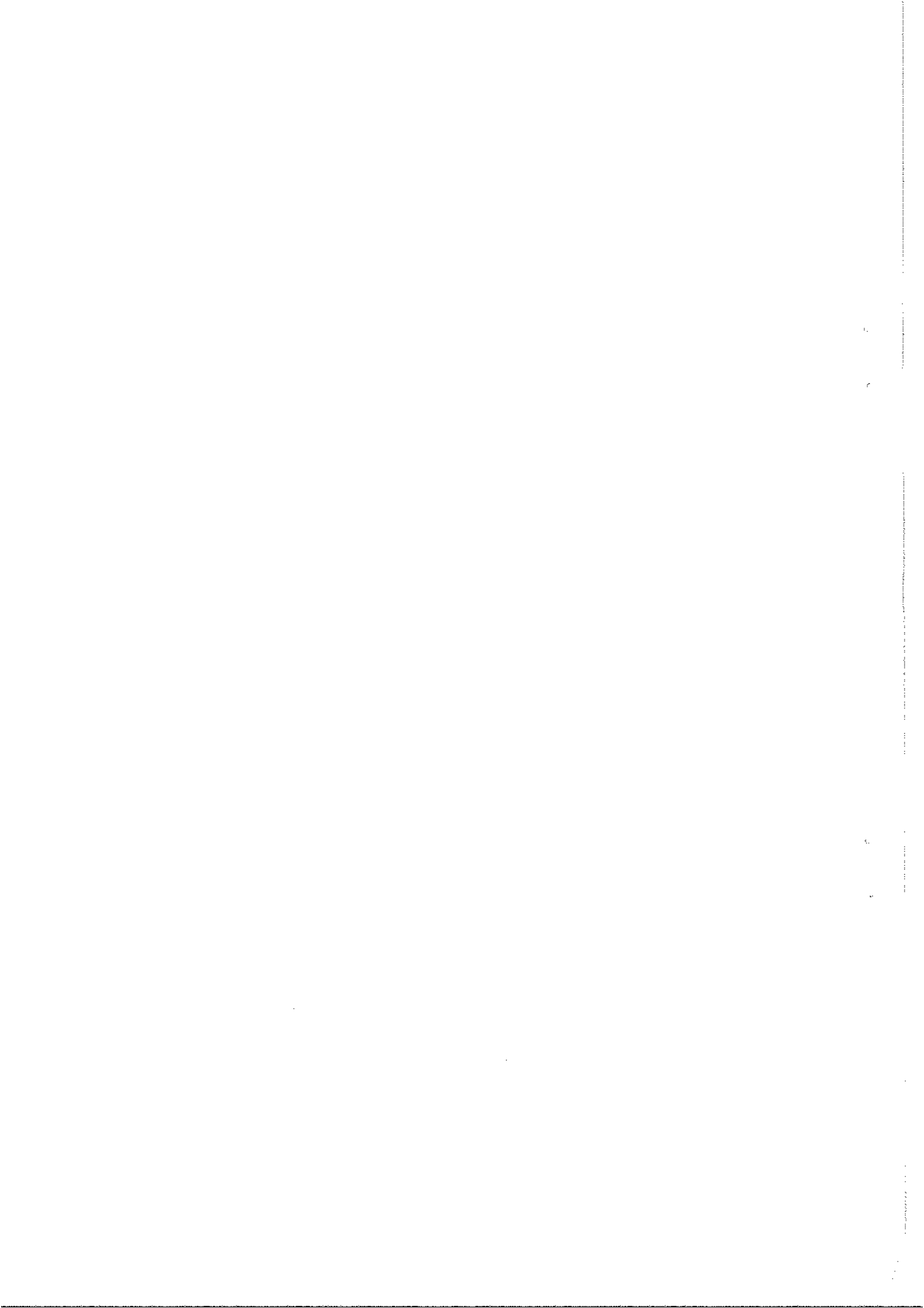
**CENTRO SOCIAL
E PAROQUIAL
DE MONSUL**

Sempre a enfrentar necessidades!

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E CONTAS**

EXERCÍCIO DE 2025

Monsul, abril de 2026





RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Exercício de 2025

Em cumprimento das suas atribuições, vem a Direção do Centro Social e Paroquial de Monsul apresentar o Relatório de Atividades e Contas da Direção do período de 2025:

1. Envolvente económica nacional e internacional

O ano de 2025 decorreu num contexto económico marcado por uma evolução moderadamente positiva da economia portuguesa, embora ainda condicionado por desafios estruturais relevantes, como o envelhecimento da população, a pressão sobre os custos operacionais e a contenção do rendimento disponível das famílias. A estabilização gradual da inflação e a manutenção de níveis reduzidos de desemprego contribuíram para um enquadramento mais previsível, ainda que exigente para as instituições do setor social.

No plano social, acentuaram-se as necessidades associadas ao envelhecimento da população, ao isolamento e à dependência funcional, reforçando a importância dos serviços de proximidade. O Serviço de Apoio Domiciliário assumiu, neste contexto, um papel central na promoção da qualidade de vida, da autonomia e da dignidade das pessoas idosas, permitindo a sua permanência no domicílio em condições de segurança e bem-estar.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social continuaram, assim, a desempenhar um papel indispensável na resposta às necessidades sociais, complementando a ação do Estado e assegurando um acompanhamento regular e humanizado aos utentes mais vulneráveis. Em 2025, a intervenção no apoio domiciliário manteve-se essencial na mitigação de situações de solidão, dependência e fragilidade social, contribuindo para a coesão social e para o bem-estar da comunidade.

2. Atividade

Em 2025, o Centro Social e Paroquial de Monsul manteve a sua atividade centrada no apoio domiciliário e cantina social. A média de utentes continua a ser de 30.

Animação e saúde: Durante o ano de 2025 as atividades de Animação e Convívio decorreram normalmente e dentro do mesmo âmbito do que foi feito nos anos anteriores. Foram dinamizados ateliês de: Música, Atividade Física, Estimulação Cognitiva, Trabalhos Manuais Jogos de Tabuleiro, Culinária, passeios/atividades de convívio e atividades de vivência da fé.

Está a decorrer também a exploração de uma horta biológica, adaptada à condição física dos idosos, no terreno da Instituição, trabalhando diversas áreas essenciais para a saúde e bem-estar dos utentes.

O acompanhamento semanal realizado pela Enfermeira voluntária na Instituição continuou a ser realizado.

Manteve-se igualmente um grande esforço do CSP Monsul em proporcionar um acompanhamento individualizado e humanizado aos seus utentes, através do acompanhamento a consultas, acompanhamento a compras, marcação de cabeleireiro, entre outros, de forma a proporcionar o máximo de autonomia aos utentes.

3. Formação

Entre os anos de 2025 e 2027, o Centro Social e Paroquial de Monsul está a desenvolver um projeto de formação aprovado e financiado pelo Portugal2030, que se denominou de "Capacitar Monsul", no valor global de €265.998,68. Para isso, foi contratada, através de concurso público, uma empresa de formação profissional para o efeito e, deste modo, integrar também a formação profissional das suas colaboradoras neste projeto, além de disponibilizar formação profissional de qualidade à comunidade onde se insere.

Durante o ano de 2025, foram já ministradas 2450 horas de formação, nas mais diversas áreas, tais como: O Jogo; Primeiros Socorros; Informática Aplicada; Animação e ocupação de tempos livres através da expressão plástica; Perfil e potencial do empreendedor; e, Expressão Plástica – técnicas e materiais.

4. Investimentos

Em 2025, houve investimento em 5 lancheiras com fundo térmico, no montante de 214,02€, numa máquina de lavar louça, no montante de 2.706€, num portátil MEDION AKOYA, no montante de 249€, e em obras/benfeitorias, no montante de 1.500€.

5. Evolução de gastos, rendimentos e resultados

Os **serviços prestados**, que incluem matrículas, mensalidades dos utentes e outros serviços, ascenderam em 2025 a 47.964,84 euros, face a 45.240,58 euros em 2024, traduzindo um crescimento de cerca de **6%**.

No que respeita aos **subsídios da Segurança Social**, foram recebidos **138.688,66 euros**, comparativamente a **126.401,64 euros** no exercício anterior, o que corresponde a um aumento de **9,7%**. Estes subsídios distribuíram-se da seguinte forma: **subsídio à valência de Serviço de Apoio Domiciliário**, no montante de **131.088,19 euros**, e **subsídio PEA – Cantina Social**, no valor de **7.600,47 euros**.

Para além destes valores, a Instituição beneficiou de **géneros alimentares do Banco Alimentar**, avaliados em **502,70 euros**, bem como de **donativos de particulares e empresas**, no montante total de **13.440,00 euros**. Foi ainda recebido do **IEFP**, referente ao encerramento do processo de estágio profissional, o valor de **7.442,81 euros**. Adicionalmente, foi reconhecida a imputação relativa ao ano do **projeto PESSOAS-FSE+ (01150400)**, no montante de **21.815,00 euros**. Encontra-se igualmente previsto o recebimento, em 2026, do valor de **5.371,47 euros**, correspondente à **consignação do IRS das declarações submetidas em 2025**, tendo este proveito sido já reconhecido no exercício de 2025.

Os **gastos com pessoal** atingiram em 2025 o montante de **136.112,24 euros**, face a **129.335,22 euros** em 2024, representando um aumento de cerca de **5%**, essencialmente justificado pela atualização do Salário Mínimo Nacional e pelo conseqüente acréscimo dos encargos para a Segurança Social.

Os **fornecimentos e serviços externos** totalizaram **55.614,53 euros**, comparativamente a **39.452,73 euros** registados no ano anterior, o que corresponde a um aumento de aproximadamente **41%**. Este acréscimo resulta, sobretudo, do aumento verificado na rubrica de **Serviços Especializados**, no valor aproximado de **12.680 euros**, associado aos encargos com o **projeto PESSOAS 2030**, o qual é, no entanto, compensado pela imputação de proveitos no montante de **21.815,00 euros**.

Resultados: O exercício de 2025 encerrou com um **resultado líquido positivo de 1.703 euros**, em contraste com os prejuízos registados em 2024 e 2023. Face ao exercício anterior, verificou-se uma recuperação de 4.473 euros, refletindo uma inversão da tendência negativa dos resultados.

6. Evolução da situação financeira

Em 2025, a situação financeira da Instituição apresentou sinais de melhoria face ao exercício anterior, embora se mantenha globalmente frágil, em resultado dos prejuízos acumulados dos anos anteriores e da reduzida autonomia financeira.

Os rácios de liquidez mantiveram-se estáveis, com a liquidez geral em 96%, evidenciando que o ativo corrente continua a ser insuficiente para cobrir integralmente o passivo corrente. O Fundo de Maneio permaneceu negativo (-10.906 euros), apesar de uma melhoria face a 2024, e a Tesouraria Líquida, igualmente negativa (-4.823 euros), registou uma evolução positiva, traduzindo um menor desequilíbrio financeiro de curto prazo.

A autonomia financeira manteve-se reduzida (1%), com uma taxa de endividamento elevada (99%), confirmando a forte dependência de capitais alheios. Ainda assim, verificou-se uma melhoria na cobertura dos ativos não correntes, que passou para 20%.

Em termos económicos, destaca-se a recuperação da rentabilidade, com a Instituição a apresentar um resultado líquido positivo de 1.703,00 euros, contrastando com o prejuízo registado em 2024. O EBITDA aumentou significativamente para 4.464,25 euros, refletindo uma melhoria da eficiência operacional, apoiada pelo aumento da margem bruta e pelo crescimento dos rendimentos, designadamente dos subsídios à exploração.

Em síntese, 2025 marcou uma inversão da tendência negativa dos resultados, apesar de se manterem fragilidades financeiras estruturais, o que reforça a necessidade de continuar a adotar uma gestão prudente, orientada para a consolidação financeira e a sustentabilidade da Instituição.

7. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão no dia 13 de abril de 2025. Contudo estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período ou influenciem a sua apreciação.

8. Proposta de aplicação do resultado líquido do período

O exercício de 2025 encerrou com resultado líquido positivo no montante de 1.703 euros. A Direção propõe que este resultado transite na totalidade para a conta de resultados transitados.



9. Perspetivas para 2026

O ano de 2026 antecipa-se como um período ainda marcado por um elevado grau de incerteza no contexto económico e geopolítico internacional, em particular devido à persistência dos conflitos armados em curso e às tensões comerciais entre as principais economias mundiais. Estes fatores continuam a influenciar negativamente os mercados, contribuindo para a volatilidade dos preços e para a pressão sobre os custos dos bens e serviços essenciais.

Apesar de alguma estabilização ao nível da inflação, prevê-se que determinados custos, nomeadamente os associados à energia, alimentação e recursos humanos, continuem a registar valores elevados. O aumento dos encargos salariais, resultante da atualização do Salário Mínimo Nacional, continuará a representar um desafio significativo para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, uma vez que estas não dispõem de mecanismos que permitam repercutir esses aumentos nas participações dos utentes.

Neste contexto, a Direção do Centro Social de Monsul manterá uma abordagem criteriosa e prudente na gestão financeira da Instituição, privilegiando o controlo rigoroso da despesa, a otimização dos recursos existentes e a procura ativa de apoios e parcerias que contribuam para a sustentabilidade da resposta social prestada.

Face à atual limitação da capacidade financeira da Instituição, o projeto de obras de requalificação e alargamento das instalações foi, para já, suspenso, não sendo possível a sua concretização no curto prazo. Assim, para 2026, a prioridade passa por consolidar a estabilidade financeira da Instituição, garantindo a continuidade e a qualidade do Serviço de Apoio Domiciliário, que assume um papel fundamental no apoio à população idosa e mais vulnerável da comunidade.

Monsul, 13 de abril de 2026

A DIREÇÃO

João Filipe Abato Gomes
Angelo Louca Louco Louco Louco
Luís Louca Louco Louco Louco
Beal Louca Louco Louco

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MONSUL

Monsul - Póvoa de Lanhoso
NIPC: 503 529 320

ORGÃOS SOCIAIS
QUADRIÉNIO DE 31-05-2025 A 31-05-2029
(ALTERAÇÃO DE 18-06-2025)

DIREÇÃO

Presidente – P.e Fernando Jorge Brandão Carneiro;
Vice-Presidente – João Filipe Matos Gomes;
1º Secretário – Ângela Maria Ferreira Morais;
2º Secretário – Luís Miguel Vieira Vale Rego Borlido;
Tesoureiro – Basílio Manuel da Silva.

CONSELHO FISCAL

Presidente – Maria Emília Oliveira de Abreu;
Secretário – Belmiro do Carmo da Silva Faria;
Vogal – Cláudia Margarida da Cunha Silva.

Pela Cúria Arquiepiscopal foi designado Órgão de Vigilância o Padre Armindo Ribeiro Gonçalves.



Mapas

Balço Individual em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/25	31/dez/24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	13 153,34	12 458,92
Ativos intangíveis	7	286,65	573,30
Investimentos financeiros	5	180,97	180,97
Total Ativo não corrente		13 620,96	13 213,19
Ativo corrente			
Créditos a receber	12 / 13	1 350,69	1 997,57
Estado e outros entes públicos	16	1 109,33	532,33
Diferimentos	14	1 047,33	1 286,93
Outros ativos correntes	13	243 967,36	277 330,71
Caixa e depósitos bancários	4	10 729,84	7 884,09
Total Ativo corrente		258 204,55	289 021,63
Total do Ativo		271 825,51	302 234,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11	2 379,27	2 379,27
Excedentes técnicos	11	18 000,00	18 000,00
Resultados transitados		-19 367,26	-16 597,18
Resultado líquido do período		1 703,00	-2 770,08
Total de Fundos Patrimoniais		2 715,01	1 012,01
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	13	5 469,16	4 152,95
Estado e outros entes públicos	16	3 074,04	3 013,68
Diferimentos	14	244 183,68	273 308,69
Outros passivos correntes	13	16 383,62	20 747,55
Total Passivo corrente		269 110,50	301 222,81
Total do Passivo		269 110,50	301 222,81
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		271 825,51	302 234,82

Póvoa de Lanhoso, 13 de abril de 2026

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

Atestado por Paulo Gomes
Paulo Gomes
Angelo Lacerda Soares Anais Pinto
Paulo Gomes
Paulo Gomes

Paulo Gomes



Demonstração Individual dos Resultados
Período findo em 31 de dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	47 964,84	45 240,58
Subsídios, doações e legados à exploração	10	187 260,64	165 147,77
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(31 640,00)	(42 822,27)
Fornecimentos e serviços externos	17	(55 614,53)	(39 452,73)
Gastos com o pessoal	18	(136 112,24)	(129 335,22)
Outros rendimentos	19	2 023,83	2 261,35
Outros gastos	20	(9 418,29)	(645,50)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamentos e impostos (EBITDA)		4 464,25	393,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 / 7	(2 761,25)	(3 164,06)
Resultado operacional (antes de gastos financiamento e impostos) (EBIT)		1 703,00	(2 770,08)
Resultado antes de impostos (EBT)		1 703,00	(2 770,08)
Resultado líquido do período		1 703,00	(2 770,08)

Póvoa de Lanhoso, 13 de abril de 2026

Direcção

João Filipe Matos Gomes
Ângel Maria Ferreira Loures Pinto
Luís Miguel V. Veloso Barros
Isabel Maria S. L.

O Contabilista Certificado n.º 72823

João Fernandes

Unidade monetária: Euro

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS	PERÍODOS		Evolução	
	2025	2024	Valor	%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	55 614,53	39 452,73	16 161,80	41,0%
SUBCONTRATOS	420,00	0,00	420,00	100,0%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	30 181,29	14 773,77	15 407,52	104,3%
Trabalhos Especializados	5 022,09	6 482,66	-1 460,57	-22,5%
Publicidade e Propaganda	112,55	367,77	-255,22	-69,4%
Vigilância e Segurança	1 410,95	613,02	797,93	130,2%
Honorários	7 550,04	3 159,70	4 390,34	138,9%
Conservação e Reparação	3 222,72	3 833,92	-611,20	-15,9%
Serviços Bancários	183,04	316,70	-133,66	-42,2%
Outros	12 679,90	0,00	12 679,90	100,0%
MATERIAIS	2 070,45	2 893,10	-822,65	-28,4%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	1 749,26	2 198,53	-449,27	-20,4%
Material de escritório	302,90	656,17	-353,27	-53,8%
Outros	18,29	38,40	-20,11	-52,4%
ENERGIA E FLUIDOS	16 862,50	16 588,58	273,92	1,7%
Electricidade	4 147,07	3 862,32	284,75	7,4%
Combustíveis	11 357,97	12 064,85	-706,88	-5,9%
Água	1 357,46	661,41	696,05	105,2%
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	335,87	509,35	-173,48	-34,1%
Deslocações e Estadas	335,87	509,35	-173,48	-34,1%
SERVIÇOS DIVERSOS	5 744,42	4 687,93	1 056,49	22,5%
Rendas e Alugueres	0,00	267,60	-267,60	-100,0%
Comunicação	726,13	775,73	-49,60	-6,4%
Seguros	2 054,89	2 313,15	-258,26	-11,2%
Contencioso e notariado	408,00	221,35	186,65	84,3%
Limpeza, Higiene e Conforto	2 551,78	1 109,40	1 442,38	130,0%
Outros serviços	3,62	0,70	2,92	417,1%

Póvoa de Lanhoso, 13 de abril de 2026

Direção

O Contabilista Certificado n.º 72823

João Filipe Abato Gomes
Ángelo Araújo Feres Soares Pinto
Luís Miguel V. M. Vel. da Silva
Bruno Nogueira

João Fernando



Demonstração dos Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	47 964,84	45 240,58
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-96 301,85	-103 421,19
Resultado bruto		-48 337,01	-58 180,61
Outros rendimentos		189 284,47	167 409,12
Gastos de distribuição		-65 078,95	-66 786,51
Gastos administrativos		-59 683,16	-36 977,16
Outros gastos		-14 482,34	-8 234,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)		1 703,00	-2 770,08
Resultado antes de impostos		1 703,00	-2 770,08
Resultado líquido do período		1 703,00	-2 770,08

Póvoa de Lanhoso, 13 de abril de 2026

Direção

F. Fernandes
José Filipe Mattos Gomes
Ángel Luis Ferrero Torres Pardo
Luís Miguel Van Velthoven Barbil
Bernardo Nouel S. L.

O Contabilista Certificado n.º 72823

José Fernandes

**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro
Período findo em 31 de Dezembro de 2025**

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		26 786,72	44 788,01
Pagamentos a fornecedores		(86 078,73)	(81 511,81)
Pagamentos ao pessoal		(142 681,44)	(128 177,31)
Caixa gerado pelas operações		(201 973,45)	(164 901,11)
Outros recebimentos / pagamentos		206 782,22	157 585,04
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4 808,77	(7 316,07)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	(1 963,02)	(10 085,01)
Investimentos financeiros	5	0,00	1 035,54
Outros Ativos		0,00	(1 500,00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	6	0,00	1 350,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(1 963,02)	(9 199,47)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (-1 + 2 + 3)		2 845,75	(16 515,54)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 884,09	24 399,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10 729,84	7 884,09

Póvoa de Lanhoso, 13 de abril de 2026

Direção

F. Fernandes
Franco Filipe
Ângela Maria
Luís Miguel
Belo

O Contabilista Certificado n.º 72823

Ferreira



INDICADORES / RÁCIOS

Indicadores	Cálculo	2025	2024
A - RÁCIOS LIQUIDEZ E FINANCEIROS			
Liquidez geral	Ac / Pc	96%	96%
Liquidez reduzida	(Ac - Inv) / Pc	96%	96%
Autonomia financeira	CP / A	1%	0%
Solvabilidade	CP / P	1%	0%
Taxa de endividamento	P / A	99%	100%
Cobertura dos ativos não correntes	(CP + Pnc) / Anc	20%	8%
Fundo de Maneio (FM)	Ac - Pc	-10 906 €	-12 201 €
Necessidades cíclicas de exploração (NCE)	Inv + Cli + EDEP	2 460 €	2 520 €
Recursos cíclicos de exploração (RCE)	Fom + EOEP	8 543 €	7 167 €
Tesouraria Líquida	FM - NCE + RCE	-4 823 €	-7 554 €

B - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

Rendibilidade do capital próprio	RL / CP	63%	-274%
Rendibilidade das vendas	EBITDA / VN	9%	1%
Margem Bruta (€)	VN + VP - CMC	16 324,84 €	2 418,31 €
Margem Bruta (%)	-	34%	5%

C - RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO

Valor Acrescentado Bruto (VAB)		146 781 €	127 941 €
VAB / Vendas	-	306%	283%
Autofinanciamento (Cash-flow)	-	4 464,25 €	393,98 €
Cash-flow / Vendas	-	9%	1%
Prazo médio recebimentos (dias)	Cli x 365 / VN	10	16
Prazo médio pagamentos (dias)	For x 365 / (Cmp + FSE)	23	18
N.º de colaboradores		8	8

Abreviaturas: A = Ativo | P = Passivo | CP = Capital Próprio | Ac = Ativo corrente | Pc = Passivo Correntes | Anc = Ativo não corrente | Pnc = Passivo não Correntes | Inv = Inventários | VN = Volume negócios | RL = Resultado Líquido período

Póvoa de Lanhoso, 13 de abril de 2026

Assinatura
 João Filipe e Maria Gomes
 Angel Maria Fernandes
 NPE 503 529 320

O Contabilista Certificado n.º 72823

Assinatura
 parafernandes



CENTRO SOCIAL
E PAROQUIAL
DE MONSUL
Associação de Pessoas

Centro Social e Paroquial de Monsul

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 Designação da Entidade: Centro Social e Paroquial de Monsul
- 1.2 Sede: Igreja de Monsul, 4830-416 Póvoa de Lanhoso
- 1.3 Número identificação Fiscal da Entidade: 503 529 320
- 1.4 Atividade principal: ACT. APOIO SOCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO (CAE: 88101).
- 1.5 Durante o período o número médio de empregados ao serviço foi de 8.
- 1.6 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.
- 1.7 As presentes demonstrações financeiras da Entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

As normas do Sistema de Normalização Contabilística, incluem os seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Decreto-Lei n.º 8259/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Pressuposto da continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



Regime de acréscimo (periodização económica)

A Entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), ou seja, à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são apresentadas nas rubricas "outros créditos a receber", "outros passivos correntes" e "diferimentos".

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajustados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos, e os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Apresentação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são apresentados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual da transação independentemente da forma legal que assumam.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados neste anexo.

Uma vez que não existem eventos materialmente relevantes após a data do balanço, não houve necessidade de proceder a qualquer divulgação neste anexo.

2.2 **Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas clarem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:**

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-

2.3 **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

João Band

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, o qual está de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas de imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Dado que o órgão de gestão não possui uma estimativa fiável do valor residual dos activos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações e amortizações dos activos fixos tangíveis. As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de desenvolvimento, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição ou produção e o valor realizável líquido. O custo de aquisição engloba o preço de compra, os direitos de importação e os impostos de compras não dedutíveis, os custos de transporte e de manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzidos dos descontos comerciais e abatimentos. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico. O valor realizável líquido é o preço de venda normal estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento, caso existam, e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 - Instrumentos financeiros. Nesta categoria incluem-se, consequentemente, o seguintes ativos e passivos financeiros:

- a) Clientes e outras dívidas de terceiros: os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.
 - b) Caixa e depósitos bancários: os montantes incluídos na rubrica de "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo.
 - c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros: os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são reconhecidos ao custo.
 - d) Financiamentos obtidos: Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o regime de accrédito (ou no ativo, caso estejam associados a ativos que se qualificam).
- Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.



Imparidades de ativos financeiros

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo" são sujeitos a teste de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados são afetados. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor de contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as vendas e prestações de serviços.

O rédito de vendas é reconhecido aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos e o rédito das prestações de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados quando os serviços forem prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Subsídios e apoios de entidades públicas

Os subsídios e apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que se cumprirá com todas as condições para o receber.

Os subsídios relacionados com ativos, inicialmente reconhecidos no capital próprio, são imputados à demonstração dos resultados (rendimentos) de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Imposto sobre o rendimento e Segurança Social

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais relativas aos períodos de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

No que diz respeito às contribuições para a Segurança Social, a obrigação de pagamento das quotas e das contribuições prescreve no prazo de 5 anos a contar da data em que aquela obrigação deveria ter sido cumprida, conforme dispõe a Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.



**CENTRO SOCIAL
E PAROQUIAL
DE MONSUL**
Cooperativa de Atividades

Relatório da Direção 2025

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas para o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), adotaram-se pressupostos e estimativas que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou em resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- (a) Estimativa de férias e subsídio de férias de 2025, a pagar em 2026;
- (b) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis;
- (c) Análises de imparidades, nomeadamente de contas a receber;
- (d) Análise da necessidade de reconhecimento de provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Os saldos de caixa e seus equivalentes detalha-se a seguir:

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2025		31/12/2024		Totais
	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	
Caixa	258,70		7,37		7,37
Numerário (a)	258,70	0,00	7,37	0,00	7,37
Depósitos bancários	10 471,14		7 876,72		7 876,72
Subtotais	10 471,14	0,00	7 876,72	0,00	7 876,72
Totais	10 729,84	0,00	7 884,09	0,00	7 884,09

(a) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de Janeiro

5 INVESTIMENTOS FINANCEIROS / PARTES RELACIONADAS

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
Outros ativos financeiros	180,97	180,97
Fundos de Compensação do Trabalho (FCT)	0,00	0,00
TOTAL	180,97	180,97



**CENTRO SOCIAL
E PAROQUIAL
DE MONSUL**
Serviço ao melhor cidadão

Relatório da Direção 2025

O saldo apresentado na rubrica de "outros investimentos financeiros" está relacionado com uma participação no Fundo de Reestruturação do Sector Social (FRSS). O Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS) é um fundo autónomo português criado para apoiar financeiramente Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas com dificuldades financeiras. O seu objetivo principal é viabilizar a reestruturação e garantir a sustentabilidade económica das instituições, assegurando a continuidade dos serviços sociais prestados.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Terenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Aditivos tangíveis em curso	Totais
10 a 50 anos								
4 a 20 anos								
4 anos								
3 a 10 anos								
5 a 10 anos								

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis		Terenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Aditivos tangíveis em curso	Totais
Em										
31.12.23		0,00	38 983,91	17 360,60	49 714,43	32 782,31	0,00	2 593,50	0,00	141 434,75
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(37 532,78)	(15 664,22)	(49 714,42)	(32 348,99)	0,00	(2 593,50)	0,00	(137 953,91)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	1 351,13	1 696,38	0,01	433,32	0,00	0,00	0,00	3 480,84
Adições										
	Transferências	0,00	0,00	85,01	10 000,00	0,00	0,00	0,00	1 500,00	11 585,01
	Alienações, sinistros e abates (Valor ajustado)	0,00	0,00	(16,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(16,00)
Depreciações										
	Alienações, sinistros e abates (Depreciações acumuladas)	0,00	(613,77)	(1 031,34)	(729,17)	(216,65)	0,00	0,00	0,00	(4 000,00)
	Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 000,00
Em										
31.12.24		0,00	38 983,91	17 429,61	55 714,43	32 782,31	0,00	2 593,50	1 500,00	149 003,76
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(38 246,55)	(16 695,56)	(46 443,59)	(32 565,64)	0,00	(2 593,50)	0,00	(136 544,84)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	737,36	734,05	9 270,84	216,67	0,00	0,00	1 500,00	12 458,92
Adições										
	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	249,00	0,00	2 920,02	0,00	3 169,02
Depreciações										
	Quantias brutas escrituradas	0,00	(381,86)	(223,06)	(1 250,00)	(357,36)	0,00	(262,32)	0,00	(2 474,60)
Em										
31.12.25		0,00	40 489,91	17 429,61	55 714,43	33 031,31	0,00	5 513,52	0,00	152 172,78
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(38 628,41)	(16 918,62)	(47 693,55)	(32 923,00)	0,00	(2 855,82)	0,00	(139 019,44)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	1 855,50	510,99	8 020,88	108,31	0,00	2 657,70	0,00	13 153,34

João Gomes
[Assinatura]
NIPC: 503-529-320

OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2025, foram adquiridas 5 lancheiras (214,02€); uma máquina de lavar louça (2706€); e uma portátil MEDION AKOYA (249€).

ATIVOS INTANGÍVEIS

O Custo inicial dos Ativos Intangíveis englobam o preço de compra ou construção/desenvolvimento, os direitos de importação, os impostos de compras não dedutíveis e os custos diretamente atribuíveis à preparação dos ativos para o seu uso, deduzidos dos descontos comerciais e abatimentos. O custo subsequente resulta no custo deduzido das amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Programas de computador	3 a 4 anos
-------------------------	------------

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Ativos Intangíveis	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Abatimento de conta ativos intangíveis	Totais
Em 31.12.24									
Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	1.719,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.719,56
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	(573,13)	0,00	0,00	0,00	0,00	(573,13)
Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	1.246,43	0,00	0,00	0,00	0,00	1.246,43
Amortizações									
Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	1.719,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.719,56
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	(1.146,26)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.146,26)
Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	573,30	0,00	0,00	0,00	0,00	573,30
Amortizações									
Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	(286,65)	0,00	0,00	0,00	0,00	(286,65)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	1.719,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.719,56
Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	(1.432,91)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.432,91)
Em 31.12.25									
Quantias brutas escrituradas	0,00	0,00	0,00	286,65	0,00	0,00	0,00	0,00	286,65



3. INVENTÁRIOS

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	Período 2025		Período 2024		
	Receberias	Valor das vendas liquidadas no período	Totais	Valor das vendas liquidadas no período	Totais
Inventários no início do período (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras (+)	54,07	31.083,23	31.137,30	42.895,16	42.895,16
Devoluções de compras (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos e abatimentos em compras (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Redesclassificações e Regularizações (+/-)	0,00	502,70	502,70	(73,89)	(73,89)
Inventários no fim do período (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo mercadorias vendidas e mercadorias consumidas	54,07	31.585,93	31.640,00	42.821,27	42.821,27

4. RÉDITO

O reconhecimento do rédito exige que a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e que os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Foram seguidas as seguintes políticas contabilísticas para o reconhecimento dos réditos:

O rédito é reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação dos serviços.

Prestação de Serviços

Quando possível, o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação e é determinado com uma das seguintes metodologias: i) vistorias do trabalho executado; ii) proporção dos serviços executados até à data face ao total dos serviços a serem executados; iii) proporção dos custos incorridos até à data nos custos totais estimados da transação.

RÉDITOS OBTIDOS

Réditos obtidos	Réditos reconhecidos no período		Variação dos réditos do ano face réditos do período em %	
	Período 2025	Período 2024	em Valor	em %
Prestações de Serviços	47.964,84	45.240,58	2.724,26	6%
Totais	47.964,84	45.240,58	2.724,26	6,0%

João Gomes
[Assinatura]
[Assinatura]



Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Demonstração dos resultados		Balanço	
	Subsídios a receber	Impulso em outros rendimentos e ganhos	Recorridos (Impulso)	Recorridos e não recorridos (Impulso)
Não reembolsáveis	120 982,89			
Subsídios relacionados com resultados	5 418,75			
	946,11			
	18 250,00			
	2 730,00			
	3 132,84			
	2 310,78			
	11 376,40			
	165 447,77	0,00	0,00	0,00
Totais	391 295,54	2,50	0,00	0,00

FUNDOS PATRIMONIAIS

FUNDOS

Em 31 de Dezembro de 2025 o fundo patrimonial regista o valor total de 2379,27 euros.

RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2025 as outras reservas, que incluem reservas estatutárias, contratuais, livres e outras, ascendiam a 18000 euros.

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos	Saldo em 31/12/2025		Movimentos em 2025		Saldo em 31/12/2025	
	Aumentos	Reduções	Aumentos	Reduções	Aumentos	Reduções
Fundos	2 379,27				2 379,27	
Outras reservas	18 000,00				18 000,00	
Resultados transitados	968,56	-17 565,74			-16 597,18	
Outras variações no fundos patrimoniais	0,00				0,00	
Resultado líquido do exercício	-16 239,40	-2 770,08			-2 770,08	
	5 108,43	-20 535,82	20 535,82	-10 123,01	119 892,97	-116 089,97

João António Silva
 [Assinatura]
 N.º: 503 529 320

UTENTES / CLIENTES

As dívidas de Clientes e de Outros créditos a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, a conta de clientes apresentava a seguinte composição:

	Período 2025	Período 2024
Utentes / Clientes conta corrente	1.350,69	1.987,57
Saldo total de clientes	1.350,69	1.987,57

INSTRUMENTOS FINANCEIROS / ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro. Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores ficam obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados: ao custo ou custo amortizado; ou ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, com excepção de caixa e depósitos bancários (nota 4) são detalhadas conforme se segue:

Descrição	2025			2024		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia Escriturada
Ativos						
Créditos a receber	1.350,69	0,00	1.350,69	1.987,57	0,00	1.987,57
Devedores diversos	238.311,33		238.311,33	273.984,11		273.984,11
Outros ativos correntes	243.967,36		243.967,36	277.330,71		277.330,71
Outros créditos a receber	0,00	0,00	0,00	(273.984,11)		(273.984,11)
Total Ativos Financeiros (mensurado ao custo)	483.629,38	0,00	483.629,38	279.318,28	0,00	279.318,28
Passivos						
Fornecedores	5.469,16	0,00	5.469,16	4.152,95	0,00	4.152,95
Outros passivos correntes	16.383,62	0,00	16.383,62	20.747,55	0,00	20.747,55
Mensurado ao custo	21.852,78	0,00	21.852,78	24.900,50	0,00	24.900,50

24. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo artigo n.º 210º do Código Contributivo:

A Direção informa que no final do período de 2025 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

Informação requerida no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de Novembro:

A Direção informa que no final do período de 2025 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante o Estado.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação dos resultados

Conforme proposta que consta do Relatório de gestão, os resultados do período de 2025, no montante global positivo de 1703 euros, tenham a seguinte aplicação:

1 703,00 €

Na demonstração dos resultados existem itens de natureza extraordinária e excepcional:	
Gasto	2025
Outros gastos	8 148,75 €
	2824
	Descrição da exceção ou natureza extraordinária
	Referente aos projetos de especialidades para a obra das novas instalações, projeto esse que foi entretanto cancelado (Nota 10).

Póvoa de Lanhoso, 13 de abril de 2026

Teodoro Baptista Direção
Fraça Fernandes
Angela Loureiro Torres Pinto
Jos Manuel Van Ved Regente
Berardo Reis

O Contabilista Certificado n.º 72823

Fraça Fernandes

